

**PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**A INSERÇÃO DOS PSICÓLOGOS NO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL: IDENTIDADE, PRÁTICAS E DESAFIOS**

ANA HERTZOG RAMOS DE NADAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Porto Alegre
Março, 2016

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**A INSERÇÃO DOS PSICÓLOGOS NO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL: IDENTIDADE, PRÁTICAS E DESAFIOS**

ANA HERTZOG RAMOS DE NADAL

ORIENTADOR: Prof. Dr. Adolfo Pizzinato

Dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração em Psicologia Social

Porto Alegre

Março, 2016

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**A INSERÇÃO DOS PSICÓLOGOS NO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL: IDENTIDADE, PRÁTICAS E DESAFIOS**

ANA HERTZOG RAMOS DE NADAL

COMISSÃO EXAMINADORA:

PROF. DR. Adolfo Pizzinato
(Orientador)

PROF.^a DR.^a Lilian Rodrigues da Cruz
(UFRGS)

PROF.^a DR.^a Thaisa Teixeira Closs
(UFRGS)

Porto Alegre
Março, 2016

DEDICATÓRIA

Como não poderia ser diferente, com toda a minha esperança em um mundo melhor, dedico este trabalho ao meu amado Lorenzo, na expectativa de que ele cresça em uma sociedade mais justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Paulo e Vera, por terem me ensinado a escolher com o coração e me darem exemplos de perseverança e de superação. À minha mãe e aos meus sogros, Clésio e Márcia, pelas inúmeras vezes que cuidaram do Lorenzo para que eu pudesse estudar. À tia Magda, pelas comidinhas deliciosas em momentos em que era impossível ter tempo pra comer, muito menos para cozinhar.

Ao meu irmão, Lucas, por ser exemplo na dedicação à vida acadêmica e sempre me desacomodar em nossas conversas sobre “o social”. Ao meu irmãozinho Sérgio, por ser o caçulinha, e adoçar a vida em nossos encontros.

Ao Felipe por ser companheiro fiel, por acreditar, por dividir a vida e compreender as necessárias ausências. Por muitas mamadeiras lavadas e fraldas trocadas, auxílio tão necessário para que pudesse haver estudo e escrita.

Ao Lorenzo por ser minha pequena fortaleza, minha inspiração e minha razão. E também por, mesmo com minha ausência nessas mamadeiras, trocas de fraldas e brincadeiras, sempre me esperar com um sorriso.

Ao meu orientador, professor Adolfo, por ter me aceitado no meio do caminho, pelas orientações em horários inusitados (incluindo almoços) e por compreender com generosidade minha realidade de mestrandia/mãe. À minha colega Roberta, que muito contribuiu para realização desse trabalho, não somente ajudando a refletir, coletar e analisar, mas também pacientemente ouvindo minhas dúvidas e angústias.

Aos colegas do mestrado e também dos dois grupos de pesquisa por onde passei, pelas amizades nascidas nos corredores da PUCRS e em especial à Magaly que mesmo estrangeira em nosso país era muito mais “de casa” do que eu e muito me auxiliou no dia a dia da pesquisa.

Aos amigos de longa data, que compreenderam todas as minhas recusas para sair aos finais de semana e em especial à Júlia, Kelly e Oriana, por me fazerem acreditar em mim e nessa dissertação. Muito obrigada!

E um especial agradecimento aos usuários da assistência e colegas de trabalho que diariamente me instigam a pensar (e repensar) a Psicologia e a ser uma profissional melhor.

A INSERÇÃO DOS PSICÓLOGOS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL: IDENTIDADE, PRÁTICAS E DESAFIOS

RESUMO

Esta dissertação de mestrado é composta por dois artigos empíricos e tem como objetivo analisar as práticas psicológicas a partir do discurso de trabalhadores diretamente implicados nos campos práticos da Política Nacional de Assistência Social. O primeiro artigo tem por objetivo conhecer os discursos que produzem práticas psicológicas no campo da Assistência Social, buscando compreender como é percebido o trabalho interdisciplinar pelos psicólogos inseridos nesse campo, bem como investigar como se constroem as práticas psicológicas de modo coletivo e como categoria profissional. Participaram de um grupo focal psicólogos e um assistente social de Porto Alegre e região metropolitana. Foi realizada análise de conteúdo temática. A análise gerou sete categorias, agrupadas nos eixos *Práticas Psicológicas*, *Trabalho* e *Política de Assistência*. No discurso desses trabalhadores, destacam-se o fatalismo, a exploração e a impotência que se reproduzem na fala e no sentimento dos profissionais e que também é fruto de um contexto de injustiça e opressão, vivido pelos próprios trabalhadores. No segundo estudo, buscou-se além das práticas psicológicas no SUAS, compreender como os psicólogos da assistência constroem sua identidade profissional. Participaram deste estudo psicólogos trabalhadores dos CRAS de Porto Alegre, que foram entrevistados individualmente, além de serem também analisadas as transcrições dos grupos focais do primeiro estudo. Foi realizada análise de conteúdo temática e elencadas cinco categorias a partir da literatura: identidade como experiência negociada do eu, afiliação, trajetória de aprendizagem, multiafiliação e afiliação definida globalmente, mas experimentada localmente. Na análise, destaca-se a dificuldade dos profissionais de perceberem-se trabalhadores da assistência, além de se posicionarem coletiva e politicamente. Conclui-se, através dos dois estudos, que, ao psicólogo trabalhador da assistência, é necessário assumir posição política a serviço da transformação social, articular-se como categoria profissional e também perceber-se e identificar-se como trabalhador da assistência. Entretanto, ainda trata-se de uma categoria profissional que está identificada com a prática clínica tradicional, mesmo que algumas práticas transformadoras já venham sendo produzidas.

Palavras-Chaves: Psicologia, Assistência Social, práticas psicológicas, identidade profissional, SUAS.

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 – Psicologia

Sub-área conforme classificação CNPq: 7.07.05.00-3 – Psicologia Social

THE INTEGRATION OF PSYCHOLOGISTS IN UNIQUE SYSTEM OF SOCIAL ASSISTANCE: IDENTITY, PRACTICES AND CHALLENGES

ABSTRACT

This Master thesis is composed of two empirical articles and aims to analyze the psychological practices from the speech directly involved workers in the practical field of the National Social Assistance Policy. The first one aims to understand the discourses that produce psychological practices in the field of social assistance, trying to understand how it is perceived interdisciplinary work by psychologists inserted in this field, and to investigate how to build the psychological practices collectively and as a professional category. A focal group of psychologists and one social worker of Porto Alegre and its metropolitan area have participated. It was done an analysis of thematic content. The analysis created seven categories grouped in the axes "*Psychological Practices, Work and Policy of Assistance*". In the discourse of those workers, it is highlighted the fatalism, the exploitation and the impotence that is reproduced in the talk and in the feeling of the professionals and that is also fruit of a context of injustice and oppression, lived by the own workers. In the second study, it was aimed to, besides the psychological practices in the SUAS, understand how the psychologists of assistance build and reaffirm its professional identity. Psychologists that work in CRAS of Porto Alegre participated in this study and they were interviewed individually, furthermore, the transcriptions of the focal groups of the first study were also analysed. It was done an analysis of the thematic content and five categories were listed from the literature: identity as negotiated experience of the self, affiliation, trajectory of the apprenticeship, multi-affiliation and globally defined affiliation, but experienced locally. On the analysis it is highlighted the difficulty of professionals to perceive itself worker of assistance, besides to position itself collectively and politically. It was concluded, through those two studies, that, for the psychologist worker of assistance, it is necessary to assume political position in service of social transformation; articulate itself as a professional category and also perceive and identify itself as a worker of the assistance. However, this is yet a professional category that is identified with the traditional clinical practice, even that some transforming practices are already being produced.

Key-words: Psychology, Social Assistance, Psychological Practices, Professional Identity, SUAS.

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 – Psychology

Sub-área conforme classificação CNPq: 7.07.05.00-3 – Social Psychology

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	9
2 A INSERÇÃO DOS PSICÓLOGOS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE DE UM GRUPO DE TRABALHADORES	21
2.1 Introdução	21
2.2 Método	25
2.3 Resultados e discussão	26
2.3.1 <i>Formação profissional</i>	26
2.3.2 <i>Construindo novos fazeres</i>	31
2.3.3 <i>Afinal, o que faz o psicólogo na Assistência?</i>	32
2.3.4 <i>Trabalho Interdisciplinar</i>	34
2.3.5 <i>Trabalhando com o usuário</i>	35
2.3.6 <i>Intersetorialidade</i>	36
2.3.7 <i>Por que trabalhar na Assistência?</i>	37
2.4 Considerações Finais	38
3 PRÁTICA E IDENTIDADE DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	42
3.1 Introdução	42
3.2 Método	46
3.3 Resultados e discussão	48
3.3.1 <i>Identidade como Experiência Negociada do Eu (Participação e Coisificação)</i> .48	
3.3.2 <i>Afiliação a Comunidades</i>	50
3.3.3 <i>Trajetória</i>	52
3.3.4 <i>Multiafiliação</i>	53
3.3.5 <i>Afiliação definida globalmente, mas experimentada localmente</i>	54
3.4 Considerações finais	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
5 ANEXOS	63

1 APRESENTAÇÃO

Minha escolha por estudar a inserção dos psicólogos e das psicólogas no campo de atuação da Política Nacional de Assistência Social foi o passo inicial desta dissertação de mestrado. Desde a conclusão de minha graduação em Psicologia, no ano de 2007, venho atuando como trabalhadora neste campo político. Ingressei na graduação em Psicologia em 2002 vislumbrando a clínica tradicional como única possibilidade de atuação profissional. No entanto, já ao longo do curso, especialmente durante a realização dos estágios pude experimentar a atuação no campo das políticas públicas (especificamente nesse momento na saúde) e conhecer um universo que oferecia a possibilidade de uma Psicologia diferente, afeita aos meus valores e mais próxima à população que dela esperava cuidado. Como única aluna oriunda da escola pública em uma turma de quarenta alunos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aos poucos fui percebendo que essa era uma possibilidade de atuação que fazia muito mais sentido para minha experiência existencial e minha trajetória de vida. No início de 2007, com a conclusão do curso e o desejo de inserção no mercado de trabalho, deparei-me com aquilo que agora pude discutir com mais propriedade teórica no mestrado: que muitos de nós, psicólogos e psicólogas recém-formados, acabamos nos inserindo em atividades no campo das Políticas Públicas por uma razão mais mercadológica do que ideológica. Por cerca de um ano, percorri vielas de uma comunidade empobrecida e com dificuldades estruturais de acesso a serviços e me comovi com histórias duras de luta, sofrimento e resistência – tanto de parte da comunidade assistida, como dos próprios profissionais, mesmo que sob égides distintas, conectados por causas macrossociais estruturais de precarização naqueles territórios de existência. Confesso que ainda não compreendia que era uma peça chave (ou deveria ser) na organização de uma política pública e que as pessoas que eu acompanhava tinham direitos sociais que deveriam ser assegurados constitucionalmente, assim como compreendi que também cabia a mim garanti-los. No ano seguinte, novamente por oportunidade de trabalho, fui contratada em uma instituição assistencial residencial para pessoas com deficiência física e mental. Ainda não muito ciente de onde eu estava, comecei a participar de reuniões conduzidas

pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS) e de reuniões de articulação de rede e, conseqüentemente, a compreender na vivência um pouco mais dessa institucionalização política da assistência.

Mas foi somente em 2009, através de uma inserção institucional no que viria a ser um CRAS em 2010 (ainda que de forma conveniada), que eu pude compreender com maior profundidade o que estava acontecendo, não só em meu município, mas em âmbito nacional, com a mudança de perspectiva assistencial. Por três anos, participei da implementação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no município de Porto Alegre e isso despertou em mim incômodos, dúvidas, desconfortos, alegrias e sofrimentos. Eu não sabia exatamente qual era o meu papel naquele espaço e, muitas vezes, me vi desorientada e sem acreditar muito que poderia contribuir de forma significativa. Porém também pude presenciar uma política se constituindo (ainda que com muitos problemas) e ações muito potentes acontecendo, tanto no campo macro como, especialmente, no campo micropolítico (em ações de grupos de famílias, com lideranças comunitárias e outras minorias ativas, com direitos sendo conquistados e/ou garantidos). Conheci muitos colegas com maior trajetória na área da assistência, que muito me ensinaram e me inspiraram a estudar para compreender mais esse universo e também a continuar trabalhando na perspectiva da mudança e da melhoria das condições de vida daquelas pessoas, que todos os dias batiam à nossa porta.

Em meus estudos, descobri que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) havia nascido no Brasil em 2003, a partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social, portanto, fazia pouco tempo, mesmo que a “pré-história” da assistência (mesmo que com um caráter marcadamente assistencialista e benemerente) era muito antiga, pois parte de seu funcionamento remetia à época da colonização no Brasil. Nesse período, iniciou a catequização, principalmente jesuíta que, ao acolher crianças indígenas com o objetivo de civilizá-las, talvez tenha se constituído como o primeiro modelo assistencial vivenciado na ainda colônia portuguesa e diretamente implicado nas perspectivas ético-ideológicas

da Igreja Católica da época. A partir daí, as ações voltadas aos “carentes” permanecem por muito tempo associadas a um discurso religioso, com a Igreja Católica exercendo um papel central no cuidado, em especial de crianças, pobres e doentes, ou seja, aqueles que necessitavam de seus favores, sem maiores ações ou, minimamente, discussões sobre cidadania ou causalidade social das formas de exclusão (Martins & Brito, 2001, citado por Guareschi & Cruz, 2012).

Eu já tinha ouvido falar (minha vó contava histórias), mas estudando pude confirmar que, no início do século XIX, as Casas de Misericórdia contavam com as “Rodas dos Expostos”, que eram dispositivos inicialmente colocados nesses estabelecimentos com o objetivo de receber donativos de maneira anônima. Contudo, ao longo do tempo, passaram a ser utilizados pela população também para abandonar seus filhos na intenção de dar-lhes a chance de uma vida e, especialmente, de uma educação melhor, ficando os recém-nascidos aos cuidados dos religiosos (Didonet, 2001).

Na Era Vargas, a partir dos anos 1930, as políticas de cunho assistencial instituíram-se como políticas de Estado, através do advento do Governo Vargas (até hoje conhecido como “o presidente dos pobres”). Além disso, nessa época, a primeira dama, Dona Darcy Vargas, criou a Liga Brasileira de Assistência (LBA), dando início ao que viria a ser uma tradição até os dias de hoje: a de relacionar o caráter assistencial das políticas sociais ao que ficou conhecido como “primeiro-damismo” (Freitas & Guareschi, 2014).

Com a Constituição de 1988, houve uma mudança na concepção de Assistência Social no Brasil, que, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, passou a constituir a base da Seguridade Social do país. Todavia eu não havia relacionado nada disso aos trabalhos desenvolvidos por ONGs. Foi então, com o desejo de realizar essa pesquisa de mestrado, que eu pude articular todas essas informações e compreender que, através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, se estabeleceram diretrizes, objetivos e ações para a gestão da Política da Assistência Social. Ainda sobre a cronologia da Assistência Social no Brasil, cabe destacar que finalmente, em outubro de 2004, foi promulgada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), elaborada pelo

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), na perspectiva da implementação do SUAS e no intuito de operacionalizar e materializar a LOAS, ultrapassando a lógica do assistencialismo e clientelismo.

O SUAS se organiza em todo território nacional e gestiona as ações socioassistenciais, possibilitando a normatização e padronização dos serviços prestados e se constitui sobre eixos estruturantes: a matricialidade sociofamiliar, a descentralização político-administrativa, a territorialização, o financiamento, o controle social, uma política de Recursos Humanos, novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil, a participação do usuário, a informação, o monitoramento e a avaliação. Além do que foi exposto, é importante acrescentar que os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo a vigilância social, a proteção social e a defesa social e institucional e divididos em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (Brasil, 2005).

Em Porto Alegre, o SUAS foi implementado tardiamente em relação a outras cidades do Brasil. Atualmente, existem 22 Centros de Referência de Assistência Social, onde se inserem psicólogos (empregados públicos ou privados), que atuam de diferentes maneiras nas ações de proteção social básica. Na proteção social especial, são nove Centros de Referência Especializados de Assistência Social, com ao menos um psicólogo atuando em cada equipe, além de profissionais atuando em abrigos, casas-lares e na rede conveniada, que devem fomentar o protagonismo social.

Particpei, portanto, da implementação do Sistema Único de Assistência Social aqui e, em minha prática profissional, senti, muitas vezes, a necessidade de compartilhar o dia a dia do trabalho. A Política de Assistência, para mim, era uma novidade, mas em seguida percebi que ela era mesmo uma política relativamente nova, inclusive em fase de implementação em Porto Alegre. Buscando espaços coletivos, de discussão, acabei participando do “Conversando sobre a Psicologia e o SUAS”, no CRPRS. No conselho, ocorriam esses encontros mensais para os psicólogos da assistência que, contudo, eram abertos a qualquer um que se interessasse sobre o assunto. Lá encontrei um espaço de troca, no qual se produzia uma discussão muito rica sobre as práticas

psicológicas no campo das políticas sociais, bem como uma reflexão crítica da intersecção entre a Psicologia e o Serviço Social. Pensei que esse seria um campo muito interessante a ser observado e problematizado, já que os profissionais iam a esses encontros de forma espontânea e o que se produzia ali parecia mais livre do que dentro dos equipamentos do SUAS. Assim, busquei o aceite do conselho e me preparava para observar os encontros, quando eles mudaram de formato. Passaram a não mais ser mensais e tinham o formato de palestras, com temáticas pré-agendadas e não mais a modalidade de rodas de conversa. Com isso, perdia-se (ao menos para os fins da nossa pesquisa) a espontaneidade que esperávamos presenciar nas discussões entre os trabalhadores.

Como alternativa, convocamos pela própria lista de *e-mails* do conselho os trabalhadores que se interessavam em seguir conversando mais livremente sobre o trabalho no SUAS, bem como estendemos o convite pelo *Facebook* aos interessados. Em dois encontros de um grupo focal realizados nas dependências do Programa de Pós-Graduação (PPG) Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), conduzidos por duas pesquisadoras da equipe vinculada ao grupo de pesquisa “Identidades, Narrativas e Comunidades de Prática”, do PPG em Psicologia da PUCRS, e filmado por uma bolsista de iniciação científica, recebemos quatro psicólogos e uma assistente social, que inseridos em Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CRES) e Serviço de Atendimento Familiar (SAF), tanto de Porto Alegre, como da região metropolitana, contribuíram ricamente com a discussão sobre a temática, norteados por questões abertas (baseadas nos objetivos da pesquisa). Para o segundo artigo, foram utilizadas ainda as entrevistas realizadas com 27 psicólogos trabalhadores dos CRAS de Porto Alegre, oriundas da base de dados do grupo de pesquisa.

No primeiro estudo, busquei discutir, a partir das falas dos trabalhadores, a formação profissional em Psicologia, a construção de fazeres *psi* na Política de Assistência, a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, o trabalho com o usuário e as motivações desses trabalhadores para estarem na Política de

Assistência. No segundo estudo, a partir do modelo de aprendizagem de Etienne Wenger (2001), discute-se a identidade profissional do psicólogo da assistência, tendo em vista que Wenger (2001) compreende os adultos como sujeitos da aprendizagem. Ela seria conduzida de forma integral e atribuindo um processo de participação em sua construção. Nesse sentido, os quatro componentes fundamentais para a aprendizagem seriam o significado, que exprime necessidade de dar sentido ao que se aprende; a prática, que revela a vivência do “aprender fazendo”; a comunidade, que expõe a aprendizagem construindo um sentimento de pertença; e a identidade, que considera a aprendizagem como processo de construção ou transformação de identidade pessoal.

Em relação ao trabalho interdisciplinar, vivenciei o desconhecimento sobre a especificidade do trabalho do psicólogo por parte dos outros profissionais e da gestão. Cabe questionar se os próprios profissionais da Psicologia têm clareza dessa especificidade, além do quanto essa delimitação dos campos de atuação se faz necessária ou mesmo contribui para a construção dos fazeres *psi* nas políticas públicas. Esse obstáculo, muitas vezes presente, de perceber diferenças entre a atuação do psicólogo e, especialmente, do assistente social, levaria a uma tendência de cada área a ficar com a responsabilidade de uma dimensão do sujeito, dividindo-o em um sujeito com necessidades materiais e emocionais (Leão, Oliveira, & Carvalho, 2014; Reis, Giugliani, & Pasini, 2012).

No que se refere à intersetorialidade, segundo as Orientações Técnicas para os CRAS, do Ministério do Desenvolvimento Social (2009), é papel dos CRAS trabalhar na articulação da rede de serviços socioassistenciais, assim como de ações intersetoriais, viabilizando o acesso dos usuários aos serviços de saúde, educação, saneamento básico e habitação. Isso seria possível quando e se as instituições da rede planejassem e/ou executassem ações conjuntas. No entanto, no contexto profissional, frequentemente são relatadas dificuldades em relação à articulação da rede, devido à precariedade do diálogo com outras políticas, à escassez de locais e serviços para atender às demandas da população, à fragilidade da rede e à ausência de monitoramento dos casos encaminhados (Leão *et al.*, 2014).

O trabalho conjunto entre psicólogos e assistentes sociais é ponto de conflito e gerador de dúvidas e potências, justamente em relação à complementaridade ou à especificidade do campo de atuação de cada profissão. Destaca-se que, para muitos psicólogos, as atividades que confeririam uma identidade profissional e, portanto, marcariam sua diferença em relação ao trabalho do assistente social, estariam ainda muito voltadas à clínica tradicional individualizante, no sentido das psicoterapias tradicionais e das avaliações psicológica e psicodiagnóstica (Senra & Guzzo, 2012; Oliveira, 2012).

Essa busca por uma identidade profissional definida, entretanto, seria contraditória em relação à noção de atenção a um sujeito integral, não somente postulada pela Política de Assistência Social, como veremos a seguir, mas pelas políticas públicas em geral. Ainda é importante destacar que, segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (2006), os trabalhadores que compõe o SUAS são chamados técnicos sociais, levantando o questionamento em relação à delimitação de especialidades para compor as equipes.

Reis, Giugliani e Pasini (2012) enfatizam que um ponto de tensão a ser trabalhado é em relação às práticas de psicoterapia, questionadas, mas ainda muito presentes nas políticas públicas, refletindo uma perspectiva tradicional de Psicologia. Por razões históricas, o atendimento psicológico estaria associado a práticas individuais e privadas. Nos encontros do “Conversando sobre a Psicologia e o SUAS”, os profissionais questionam a necessidade de desconstruirmos a concepção de prática terapêutica como sinônimo de psicoterapia, através da proposição de um modelo de Clínica Ampliada. No mesmo sentido, Bock (1999) apontava ainda no final do século XX que a tradição da Psicologia como profissão se constituiu associada a dicotomias (indivíduo x sociedade, natural x histórico, interno x externo), o que levou a uma visão que compreende as intervenções psicológicas como curativas, terapêuticas, limitando-se a um modelo médico de intervenção. Nesse sentido, a formação do psicólogo ainda estaria voltada a esse modelo e visão tradicionais da profissão.

Questiona-se, entretanto, se apenas a formação acadêmica ou, mais especificamente, a mudança do currículo nos cursos de graduação garantiria a

formação de psicólogos mais comprometidos socialmente. Certamente, esse não é um fator a ser considerado isoladamente, mas que parece se refletir nas dificuldades do trabalho dos profissionais inseridos no campo das políticas públicas (Oliveira, 2012).

Em relação aos sujeitos aos quais os discursos centrais da Política de Assistência são dirigidos, cabe ressaltar que se configuram, primordialmente, a partir das noções de sujeito com potencialidades, inseridos em um contexto social que contempla certa complexidade intersetorial, mas que mantém a família nuclear como cerne organizador do apoio social. Trata-se de um sujeito vinculado a um território vivo e muito heterogêneo no território nacional. Destaca-se tanto a importância de se olhar para essas particularidades do território, de acordo com cada região do país, bem como para o cotidiano específico de cada comunidade. Trata-se de uma população invisível, inicialmente excluída do acesso às políticas públicas, tal como a população em situação de rua, os adolescentes em conflito com a lei, os indígenas, os quilombolas, os idosos, as pessoas com deficiência, dentre outras (Brasil, 2005). São pessoas em situação de vulnerabilidade, com vínculos familiares e comunitários fragilizados.

A pobreza, as deficiências, o uso abusivo de substâncias psicoativas e o desemprego são vistos como fatores de desvantagem pessoal e que colocariam o sujeito em situação de vulnerabilidade e risco social. São valorizados pela PNAS os vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, como fatores protetivos. Nessa política, há a expectativa de uma postura da população que seja participativa, que exerça controle social e que não se submeta a qualquer comprovação vexatória de necessidade (Brasil, 2005). Entretanto, não é o que vemos ocorrer, muitas vezes, na prática, já que frequentemente o usuário é colocado em uma posição de ter de provar sua situação de pobreza e vulnerabilidade para legitimar um acesso mais rápido a bens e serviços que lhe são direitos assegurados.

Há, na PNAS, um foco na centralidade da família, mas especialmente na mulher, que vem assumindo centralidade como pessoa de referência da família. A concepção é de que a família é mediadora entre os sujeitos e a sociedade, delimita as relações entre público e privado e gera modalidades comunitárias de vida. Ela é definida através dos laços consanguíneos, mas também afetivos ou

de solidariedade. Nesse sentido, a fragilização dos vínculos familiares e comunitários seria um fator de risco, já que vulnerabilidade à pobreza não estaria somente relacionada a situações econômicas, mas também a arranjos familiares e ao ciclo de vida das famílias (Brasil, 2005).

A assistência seria uma política que teria por função levar os cidadãos a acessarem outras políticas, em uma passagem da centralidade da vulnerabilidade, do clientelismo político, da visão religiosa, higienista e dos problemas sociais tratados como caso de polícia para uma lógica da garantia de direitos. Nesse sentido, o trabalho do psicólogo poderia favorecer a manutenção da exploração social ou auxiliar a pensar a subjetividade dos usuários (Motta & Scarparo, 2013).

Quanto à metodologia, este estudo trata-se de pesquisa qualitativa de caráter exploratório descritivo. Nos dois artigos, utilizou-se o grupo focal como método para produção dos dados de pesquisa, utilizando o espaço do grupo como simulação de discursos e a discussão entre os sujeitos sobre o tópico proposto (Flick, 2009). Os encontros foram filmados e transcritos e foi utilizada a análise de conteúdo temática, que visou a identificar e analisar os conteúdos nos dados (Braun & Clarke, 2006), buscando compreender os modos como os psicólogos estão inseridos na Política de Assistência Social.

Para o segundo artigo, utilizou-se, ainda, entrevistas semiestruturadas com o intuito de que os participantes pudessem expressar seus pontos de vista com maior profundidade, de uma forma relativamente aberta (Flick, 2009), tendo em vista que os entrevistados pudessem se expressar de maneira mais livre e espontânea, o que enriquece a investigação. Nessa etapa, foram utilizadas e analisadas a transcrição de 27 entrevistas realizadas com psicólogos trabalhadores dos CRAS de Porto Alegre pertencentes ao banco de dados do grupo de pesquisa “Identidades, Narrativas e Comunidades de Práticas”. Elas foram realizadas como parte da pesquisa de doutorado da Doutora Roberta Fin Motta, em tese intitulada “O trabalho das(os) psicólogas(os) no SUAS: materializando a Assistência Social enquanto política social pública”, ou seja, houve autorização de sua utilização como dados para fins de pesquisa, através da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Além

disso, o projeto desta pesquisa de mestrado foi submetido à Comissão Científica da Faculdade de Psicologia e ao Comitê de Ética da PUCRS.

Seu objetivo geral foi analisar as práticas psicológicas a partir do discurso de trabalhadores diretamente implicados nos campos práticos da Política Nacional de Assistência Social. No primeiro estudo, interessei-me por conhecer os discursos que produzem práticas psicológicas no campo da Assistência Social, buscando compreender como é percebido o trabalho interdisciplinar pelos psicólogos inseridos nesse campo, bem como investigar como se constroem as práticas psicológicas de modo coletivo e como categoria profissional. Desse modo, optei por trabalhar com a modalidade grupal, a fim de provocar tal discussão de maneira coletiva.

No segundo estudo, busquei compreender, através das entrevistas individuais com psicólogos trabalhadores do SUAS e dos grupos focais, como esses trabalhadores percebiam sua prática, mas também como isso se relacionava a sua identidade como psicólogos. Essa foi uma questão que não estava inicialmente formalizada em meu projeto de pesquisa, mas que, ao longo da coleta e da análise dos dados do primeiro estudo, tornou-se extremamente relevante. Os participantes da pesquisa traziam, em muitos momentos, seu incômodo de não mais se sentirem psicólogos ou mesmo de questionarem a relevância e a possibilidade de atuação da Psicologia como ciência e profissão no campo da Assistência Social. Esses profissionais se viam incapazes de lidar com contextos sociais complexos, de violência, exclusão e pobreza. Busquei, portanto, o banco de entrevistas que já haviam sido realizadas anteriormente em estudo realizado em nosso grupo para alcançar a profundidade que era necessária, mas que só seria possível em entrevistas individuais. Ainda que o roteiro dessas entrevistas não tenha sido direcionado especificamente para a questão da identidade profissional, tive acesso a denso material que confirmava minha hipótese de que essa não era somente uma questão para mim, mas também para outros colegas de profissão. Pude, inclusive, perceber que talvez essa tenha sido a questão mais inicial que deu origem a essa pesquisa de mestrado. Recordo-me de um dia em que atendia no acolhimento do CRAS onde trabalhava na época: ao ser questionada por um usuário se poderia falar com a assistente social, eu respondi como se eu mesma fosse. Entrei na sala da equipe

técnica espantada comigo mesma e compartilhei com minhas colegas o que tinha acabado de acontecer. Isso me impactou de tal forma, que passei os últimos dois anos tentando buscar uma resposta para a pergunta que, afinal de contas, era se eu me tornava menos psicóloga (e mais assistente social?) por estar às voltas com encaminhamentos de benefícios sócio-assistenciais, descumprimentos de condicionalidades e outras burocracias inerentes à própria política de assistência. Não sei se consegui obter exatamente a resposta que eu buscava, mas, de alguma forma, tenho a pretensão de que estas linhas aqui escritas sejam a transformação de uma inquietação particular em algo que possa ser compartilhado e provocador de reflexão para meus colegas de profissão.

Em uma leitura mais psicologizante sobre o conceito de identidade, Erik Erikson (1968) postula a “crise de identidade”, que se refere a uma necessidade de se organizar, mesmo que fragilmente, uma ideia de identidade estável e, para isso, poder-se-ia viver uma confusão temporária de papéis sociais e compreendida como um fracasso transitório de formar essa identidade (Erikson, 1968). No entanto, neste trabalho, questiona-se essa perspectiva de identidade estável e consolidável. Partimos aqui da perspectiva de Etienne Wenger (2001), que compreende a identidade como em constante transformação e, portanto, multifacetada. Nesse sentido, compreendemos a identidade profissional do psicólogo como muito mais ampla do que algumas representações clássicas do que é ser psicólogo, abrindo um grande espectro tanto em relação às possibilidades e campos nos quais o psicólogo pode atuar e quanto no que diz respeito ao seu potencial de agente de transformação social.

A seguir, apresento os dois artigos que compõem essa dissertação e espero que eles possam contribuir no crescimento de nossa profissão e problematizar questões que cotidianamente nos deparamos como trabalhadores da assistência. Os dois estudos são intitulados, respectivamente: “A inserção dos psicólogos no Sistema Único de Assistência Social: análise de um grupo de trabalhadores” e “Prática e identidade do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”. Os resultados dessa trajetória de pesquisa no mestrado são apresentados desta forma por exigência do Programa de Pós Graduação em Psicologia (PUCRS), o que talvez dificulte a possibilidade de uma leitura mais continuada do processo. Entretanto, acredito que, nesta

apresentação inicial, pude apresentar em linhas gerais minha trajetória de pesquisa e de pesquisadora nesse campo.

Referências

Brasil (2005). Ministério do Desenvolvimento Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.

Cruz, L., & Guareschi, N. (2012). A constituição da Assistência Social como Política Pública: interrogações à psicologia. In: L., Cruz, & N., Guareschi (Orgs.). *Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes.

Didonet, V. (2001). Creche: a que veio... para onde vai...: *Em aberto*, 18(73), 11-27.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Artmed.

Freitas, C. & Guareschi, P. (2014): A assistência social no Brasil e os usuários: possibilidades e contradições. *Diálogo*, 25, 145-160.

Leão, S. M., de Oliveira, I. M. F. F., & de Carvalho, D. B. (2014). O Psicólogo no Campo do Bem-Estar Social: atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(1), 264-289.

Motta, R., & Scarparo, H. (2013) A Psicologia na Assistência Social: transitar, travessia. *Psicologia & Sociedade*, 25, 230-239.

Reis, C., Giugliani, S., & Pasini, V. (2012). Conversando sobre a psicologia e o SUAS: potencialidades e desafios para a atuação profissional dos psicólogos na política de assistência social. In: L., Cruz, & N., Guareschi (Orgs.). *O psicólogo e as políticas de assistência social*. Petrópolis: Vozes.

Wenger, E. (2001). *Comunidades de prática: aprendizagem, significado e identidade*. Barcelona: Paidós.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação é fruto de um processo que, como apresentei na introdução, transcende o tempo do mestrado e o recorte de pesquisa a que se propõe. As reflexões e as críticas aqui apresentadas encontram eco na minha trajetória profissional e no conjunto de trabalhos desenvolvido no grupo de pesquisa onde desenvolvi essa dissertação. Ao refletir sobre a formação em Psicologia, concordo com os participantes desta pesquisa ao perceber o quão pouco saímos da graduação preparados para atuar profissionalmente em um modelo não tradicional de Psicologia, especialmente no campo das políticas públicas. O paradigma tradicional da Psicologia associada à clínica individual ainda tem caráter hegemônico na formação acadêmica e, talvez por isso mesmo, sejamos levados, enquanto categoria profissional, a acreditar que pressupostos como a neutralidade estariam associados a uma “postura ética e científica”, como defenderam alguns dos participantes. Acredito, no entanto, que se perde muito, inclusive na ética, como profissão, ao sermos levados a acreditar que podemos nos eximir política e criticamente do contexto social no qual trabalhamos. Mais do que isso, ousou defender que, ao assumirmos essa suposta neutralidade, estamos adotando uma postura política explícita e que essa é uma postura de omissão que corrobora com a manutenção das desigualdades sociais – tema-chave no campo da Assistência Social.

Contudo, não creio que apenas uma mudança de currículo nos cursos de graduação em Psicologia seja o suficiente para uma transformação real na direção de uma formação posicionada criticamente. É necessária uma mudança de cultura, de paradigma acerca do que queremos e do que acreditamos poder enquanto profissionais da Psicologia. Percebo que muitos estudos (inclusive os utilizados como suporte crítico na escrita dessa dissertação) já intentam essa mudança, mas é ainda necessário que muito mais se faça, enquanto profissão e, nesse sentido, também a academia possui papel de responsabilidade ética.

Noto ainda que muito, também, vem sendo realizado no campo de atuação. Como trabalhadora da assistência, presencio diariamente práticas

potentes e transformadoras, que estão a serviço da transformação social e da emancipação dos usuários do SUAS. Entretanto, percebo como colegas de profissão (e muitas vezes eu mesma) não dimensionamos a potência de tudo que fazemos, do que agenciamos. Ficamos, muitas vezes, como os participantes aqui que, em muitas narrativas, se posicionam como “presos à queixa”, à precariedade e limitações dos serviços, sem poder perceber que muitas transformações nos modos de fazer psicológicos já se iniciaram, mesmo que em caráter autopoietico.

Também em relação ao trabalho interdisciplinar, percebo, na fala dos trabalhadores e nas narrativas sobre suas ações cotidianas, uma atuação exitosa de psicólogos e especialmente assistentes sociais que se unem numa composição de saberes para melhor atenderem cidadãos que, às vezes, melhor do que nós profissionais reconhecem e nomeiam especificidades, mas também a complementaridade do trabalho dessas categorias profissionais. Talvez isso se refira a posturas de psicólogos no campo social que ainda dissociam teoria, prática e existência e que, muitas vezes, não conseguem perceber a integração não só de diferentes áreas de conhecimento, como o próprio conhecimento psicológico em suas práticas cotidianas. Esse pensamento dualista talvez seja o que impeça os profissionais de perceberem suas práticas como integradoras e acabem mantendo uma lógica que é excludente (ou emocional, ou material, ou Psicologia ou Serviço Social, ou psicoterapia ou encaminhamento de benefício sócio-assistencial) e nem mesmo se reconhece que diariamente (nos acolhimentos, nos grupos, nas visitas domiciliares) estamos utilizando e praticando nosso conhecimento psicológico. Ou seja, minha defesa é a de que nossa profissão tem sim uma contribuição como área do conhecimento a fazer na política de assistência. Além disso, acabamos por colocar uma escala de valores como se o sofrimento psíquico fosse algo supérfluo diante das necessidades materiais, concretas e possivelmente isso também acarrete nesse sentimento de desvalia em relação a nossa atuação profissional, como se muito pouco pudessemos fazer pelos usuários.

A “crise identitária” que é descrita por muitos trabalhadores participantes dessa pesquisa pode ser compreendida por não realmente estarmos ainda

afiliados a essa comunidade dos trabalhadores da Assistência Social. Sentimos como se houvesse nos sido retirado nossos principais instrumentos de trabalho, o que nos era até então conhecido (a psicoterapia, a avaliação, o *setting* idealizado, a ideia de que os fenômenos psicológicos são universais e neutros) e, portanto, território confortável e nos deparamos com o novo, o desconhecido, o que nunca nos foi familiar. Para sairmos dessa posição, acredito que seja necessário superarmos o que se perdeu (ou não se conquistou ainda) e nos permitir enxergar as possibilidades de invenção nesse novo espaço de atuação.

Outra questão importante de se destacar é que o trabalho institucionalizado assalariado também é uma novidade para o psicólogo. A nossa identidade profissional foi, até então, como profissão liberal e autônoma – privatista e individualista. É preciso então, construirmos modos de trabalhar mais coletivos e também poder pensar questões institucionais.

Percebe-se também, nas falas dos participantes, que a escolha profissional “psicólogo” está relacionada a uma intenção de ajuda do outro e cabe destacar que também a história da Assistência Social é marcada por essa lógica da caridade, da benemerência e do messianismo. É importante estarmos atentos para não ficarmos identificados justamente com esse aspecto do campo social, sob o risco de não conseguirmos romper com a lógica caritativa e, conseqüentemente, não contribuir para consolidação da assistência como política pública.

Ao psicólogo trabalhador da assistência é necessário assumir posição política a serviço da transformação social, articular-se como categoria profissional, mas também perceber-se e identificar-se como trabalhador da assistência. Permitir-se experimentar, vivenciar esse “novo” do campo social e negociar sua identidade profissional também do “velho” para o “novo”. Por fim, faço minhas as palavras de Mota e Scarparo (2013), quando defendem que a política de assistência é política de travessia, uma vez que sua missão é meta, ou seja, é campo de acesso cidadão às demais políticas públicas. Desejo que a Psicologia na Política de Assistência Social brasileira possa ser também travessia para os profissionais, para que possamos alcançar uma nova forma de

(re)criarmos uma psicologia posicionada e comprometida com o combate às desigualdades sociais.

Referências

Motta, R. & Scarparo, H. A Psicologia na Assistência Social: transitar, travessia. *Psicologia & Sociedade*, 25, 230-239, 2013.